



TRANSFORMAÇÕES SOCIOTERRITORIAIS NO CERRADO DA MICRORREGIÃO DE MACAPÁ PROVOCADAS PELA EXPANSÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA¹

Rubens Edeval Sarraf²

Roni Mayer Lomba³

RESUMO

O artigo tem como objeto de análise as territorialidades recentes provocadas pelo avanço do capital na agricultura, na Microrregião de Macapá, pertencente a Amazônia amapaense. A pesquisa fundamenta-se por meio das abordagens críticas do materialismo histórico dialético, através de uma revisão teórica de agricultura capitalista e camponesa, baseados na recriação do campesinato e dos movimentos socioterritoriais, onde buscamos desvendar o processo de consolidação da propriedade privada da terra com conflitos fundiários e expulsão de populações de seus lugares de vida. A construção do processo histórico percorre através da revisão bibliográfica de elementos quali-quantitativos que se baseiam em dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), realização de entrevistas qualitativas orais (gravadas) e escritas com representantes dos movimentos sociais dos povos quilombolas, camponeses posseiros e ribeirinhos, agentes das comunidades e de órgãos públicos, além de organizações da classe dominante no campo, para que minimamente sejam paritários. Percebe-se a ilegalidade do agronegócio, assentando-se em terras públicas, expropriação de territórios quilombola e camponeses, por meios de grupos políticos e empresariais, em conivência de órgãos públicos, através da manipulação e compra ilegal de terras públicas no cerrado amapaense, para expansão da produção de *commodities*, provocando a desterritorialização de comunidades camponesas. No entanto, a sobrevivência da agricultura camponesa ou familiar pode garantir a produção da diversidade do espaço, com suas diferentes formas de resistências frente a organização da classe dominante no campo.

Palavras-chave: Agricultura Capitalista, Campesinato, Conflitos Socioterritoriais, Movimentos Socioterritoriais, Territorialidades.

ABSTRACT

The article has as object of analysis the recent territorialities caused by the advance of capital in agriculture, in the Microregion of Macapá, belonging to the Amazon of amapaense. The research is based on critical approaches to dialectical historical materialism, through a theoretical review of capitalist and peasant agriculture, based on the re-creation of peasantry and socioterritorial movements, where we seek to unravel the process of consolidation of private land ownership with land conflicts and expulsion of populations from their places of life. The construction of the historical process goes through the bibliographic review of What-quantitative elements that are based on data from the Pastoral Land Commission (CPT), conducting qualitative oral interviews (recorded) and written with representatives of the social movements of the quilombola peoples, squatter and riverside peasants, agents of communities and public agencies, as well as organizations of the ruling class in the field, so that they are minimally justitarian. It is perceived the illegality of agribusiness, settling on public lands, expropriation of quilombola territories and peasants, by means of political and business groups, in collusion of public agencies, through the manipulation and illegal purchase of public lands in the closed of amapaense, to expand the production of *commodities*, causing the deterritorialization of peasant communities. However, the survival of

¹ Este texto é parte integrante da dissertação de mestrado sob orientação do Prof. Dr. Roni Mayer Lomba, portanto, para sua publicação como artigo sofreu alterações em relação ao original.

² Mestrando do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, rubens.e.sarraf@gmail.com

³ Prof. Doutor do Curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, ronilomba@gmail.com



peasant or family agriculture can ensure the production of space diversity, with its different forms of resistance against the organization of the dominant class in the field.

Keywords: Capitalist Agriculture, Peasantenterprise, Socioterritorial Conflicts, Socioterritorial Movements, Territorialities.

INTRODUÇÃO

O artigo trata dos conflitos socioterritoriais no cerrado da microrregião de Macapá provocados pela expansão da agricultura capitalista.

O trabalho tem consistência nos relatórios da CPT, divulgados, desde 1985, sobre os Conflitos no Campo Brasil. A partir procuramos apontar, as construções conceituais que fundamentam e demarcam os conflitos e a violência contra povos do campo cometidos sistematicamente e em larga escala contra quilombolas, posseiros, agricultores e suas famílias no cerrado amapaense, identificando os principais agentes envolvidos.

Para melhor compreendermos o nosso objeto de estudo, se faz necessário destacar a definição legal de terras, presente no Estatuto da terra de 1964. A Lei 4504/6, em seu Art. 1º, “regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola”. Ou seja, segundo o Estatuto, a reforma agrária é um conjunto de medidas que busca a distribuição das terras rurais fundamentado na posse e no uso da terra, ou seja, as propriedades que não geram produção deveriam ser disponibilizadas a trabalhadores rurais que buscam produzir e sustentar suas famílias. Oliveira (2007) profere que a política fundiária deveria ser a garantia da regulamentação do exercício de poder e acesso a programas de financiamentos, ou seja, por lei, estabelecido nesse Estatuto, as terras ocupadas por posseiros ou públicas devem ser destinadas para fins de regularização e reforma agrária, que, no caso ajustaria ao que ocorre no Amapá. No entanto, a regularização da terra no Estado tem sido feita de forma enviesada e criminoso, nos moldes da reforma agraria para atendimento da agricultura capitalista, expulsando os posseiros e comunidades que originalmente teriam o direito. Isso vem ocorrendo no Estado do Amapá, segundo relatório da CPT (2019), onde se estabelece “o aumento da violência, causado pela expropriação e supervalorização econômica das terras agricultáveis do Amapá”, constituindo-se, dessa forma, a formação da propriedade privada da terra, conseqüentemente, a superexploração da força de trabalho, desestruturação e desterritorialização de comunidades do campo como quilombolas, assentados, ribeirinhos e posseiros, com impactos que afetam seus modos de vida e as experiências concretas



desse povo que luta e resiste aos dilemas rurais em suas práticas cotidianas, vindo a construir outras possibilidades de vida.

A expansão agrícola, no Estado do Amapá, tem ganhado importância entre especuladores, agricultores modernos e empresas hegemônicas. Nas últimas duas décadas, as terras do cerrado amapaense tornaram-se alvo de cobiça, com vista a exploração da área para plantação de grãos, pela oferta de condições que este bioma oferece. O desenvolvimento de projetos voltados a agricultura capitalista, apoiados por incentivos governamentais para o monopólio, principalmente de grãos da soja, é responsável pela intensificação de ocupações de áreas em comunidades ribeirinhas remanescentes de quilombolas de Conceição do Macacoari, Santo Antônio da Pedreira, no município de Macapá, São Miguel do Macacoari e na comunidade (não quilombola) de Curicaca, no município de Itaubal. As quatro comunidades são ligadas, tanto por hidrovias, pois pertencem a mesma bacia hidrográfica do rio Macacoari, quanto pelas rodovias estaduais AP-70 e AP-340.

Desde 2004, o cerrado amapaense tornou-se cobiçado, com vista a exploração da área para plantação de grãos, por diversas condições e pela facilidade na logística e preparação das *commodities*, através da utilização do porto de Santana, que fica a 22 km da área.

As faixas de terras às margens das rodovias AP-70 e AP-340 estão tendo um novo arranjo espacial com o desenvolvimento de projetos voltados a agricultura capitalista, tendo apoio de órgãos federais, estaduais, agentes políticos e empresariais que fazem grande pressão para a regularização fundiária em terras públicas, usando de evasivas especulações para adquirir terras públicas dentro de territórios quilombolas e camponês, em comunidades às margens dessas rodovias, nos municípios de Itaubal do Piririm e Macapá. Portanto, as faixas de terras às margens dessas rodovias passaram a ser disputadas por políticos e empresários do setor agrícola, pressionando governos para a realização de regularização dessas terras, vindo a caracterizar-se como grilagem institucionalizada e sua regularização na esfera estadual, provocando aumento de conflitos no campo.

No Brasil, os conflitos socioterritoriais registrados de 2001 a 2010 tiveram um total de 6.050. Nos últimos dez anos totalizaram 10.077 ocorrências, segundo a Comissão Pastoral da Terra (2020). Entre os anos de 2011 a 2020, a região Amazônica teve maior número de famílias em conflitos por terra, tendo o Estado do Pará com maior número de conflitos totalizando 168.546. Só no ano de 2020, o Pará teve 28.608 famílias em conflitos, enquanto que o Estado do Amapá teve 15.232 famílias envolvidas em conflitos no campo em 2020.

No Amapá, esses conflitos se destacam dos demais casos, pois apontam o envolvimento de órgãos públicos e a conivência do Estado, segundo Lomba (2012) e Margarit (2019), com



planos políticos de destruição de territorialidades de um grupo-alvo em detrimento ao grande capital.

A partir desses eventos, novas dinâmicas espaciais passam a ser debatidas e reconhecidas por vários autores sobre agricultura capitalista e camponesa como (FABRINI in PAULINO, 2008; MARTINS, 1981, 1990; OLIVEIRA, 2004, 2007, enquanto que RAFFESTIN, 1993; HAESBAERT, 2004; FERNANDES, 2005, 2007, 2008, 2008b), nos fornece base teórica sobre território e movimentos socioterritoriais. Todavia, ao analisar essa literatura, abrangemos grande contribuição para entender que FILOCREÃO, 2002; LOMBA, 2012; LOMBA e SILVA, 2014; MARGARIT, 2019, nos permitir explicar o processo de consolidação da propriedade privada da terra com conflitos fundiários e expulsão de populações do campo e seus lugares de vida na Microrregião de Macapá.

Diante desse contexto, o Amapá se apresenta como última fronteira de expansão da produção agrícola, favorecido por ações do Estado que beneficiam grupos políticos e empresariais para expansão da agricultura mecanizada, além de exercer o papel de regulador espacial e organizador de infraestrutura, servindo como corredor logístico de escoamento da produção. Empresas hegemônicas se aproveitam das alternativas viáveis para a exportação de *commodities*, buscando mais competitividade no mercado global e consequentemente maior lucro, além de que, mecanismos estatais favorecem a expropriação territorial, através da compra da terra, onde há muito tempo são territórios tradicionais quilombolas⁴ e território camponês⁵.

Essa empreitada desenvolvimentista, que tem como base o modelo neoliberalista, subsidiado pelo Estado, que sob nova roupagem, o agronegócio, encontra-se ainda em processo de implantação e vem avançando significativamente, impulsionada por um arcabouço político que estimula o grande capital a explorar o cerrado amapaense, provocando o crescimento das áreas plantadas; consequentemente o aumento da especulação e concentração fundiária; supervalorização econômica da terra; promove disputas territoriais, conflitos pelo acesso à terra e violência no campo; superexploração da força de trabalho; subordinação e desterritorialização de comunidades e povos camponeses e seus modos de vida.

⁴ Consideramos aqui como povos tradicionais as comunidades quilombolas, segundo Decreto 6040, 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁵ Neste trabalho, o termo “território camponês” é utilizado por Bernardo Mançano Fernandes em: FERNANDES, Bernardo Mançano. Território Camponês. In: CALDART, Roseli Salette et al (Orgs.). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.



Compreender os impactos provocados pela agricultura capitalista frente aos povos do campo no cerrado da microrregião de Macapá/AP, é o objetivo geral da pesquisa, direcionado pelos seguintes objetivos específicos: Analisar os conceitos teóricos referentes a movimentos socioterritoriais e agricultura capitalista; Compreender a formação da propriedade privada da terra e os movimentos históricos de uso e ocupação do território na Amazônia amapaense durante o século XX; Identificar os conflitos socioterritoriais recentes na microrregião de Macapá e seus principais atores envolvidos.

A ação desenvolvimentista, a favor de um modelo de desenvolvimento hegemônico, contempla um arcabouço político e medidas legislativas especiais que favorecem privilégios. O empenho na construção da união da classe dominante no campo, de um Estado provedor e protetor do capitalismo agrário, segundo BRUNO (2012, P. 521), onde se dá direitos absolutos às classes dominantes e favorece a ocorrência de grilagem de terras e aumento de conflitos por terra e água, denunciadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde 1995, assim aponta relatório de 2019, no Estado do Amapá, com a “monocultura do eucalipto e se expandindo a partir de 2004, com um forte recrudescimento do agronegócio de grãos”. A partir da emergência de vozes críticas e novas temáticas da territorialidade, por exemplo, nas análises geográficas dos povos do campo, no cerrado amapaense. A necessidade desse estudo teria ficado claro com os conflitos socioterritoriais, que passam a eclodir com mais frequência a partir da expansão da atividade agrícola mecanizada, apontando para a importância de novos conceitos e novas perspectivas que dessem conta das transformações, então observadas, na Microrregião de Macapá, mais precisamente nos municípios de Macapá e Itaubal do Pírim.

Essa problemática é agravada pela ausência ou má gestão de políticas públicas e transformações produtivas nas comunidades do campo, permitindo a implantação de grandes investimentos capitalista, compras de terras públicas e regularizações ilícitas para a territorialização do capital no espaço rural. O estudo é exequível e importante para compreender como o desenvolvimento da agricultura capitalista vem ocorrendo no cerrado amapaense e como esta atividade vem provocando conflitos socioterritoriais em comunidades quilombolas, ribeirinhas e assentamentos, nos municípios de Macapá e Itaubal do Pírim, localizados às margens das rodovias AP-070 e AP-340, no Estado do Amapá.

Portanto, por opção teórico-metodológica, adotou-se a estratégia da pesquisa qualitativa, com base na Geografia Agrária e contribui com reflexões sobre os diferentes modos de organização territorial, possibilitando compreender sobre a produção do território e o papel dos movimentos socioterritoriais, permita o entendimento dos modos de vida e dos



conflitos socioterritoriais existentes em decorrência da atividade de exploração agrícola capitalista e da resistência dos camponeses em desenvolver suas atividades e meios de vida.

As discussões apresentadas neste artigo é parte das reflexões preliminares que desenvolvemos no nosso estudo de dissertação de mestrado, do curso de Mestrado Acadêmico de Geografia, da Universidade Federal do Amapá, no qual abordamos sobre os conflitos oriundos das distintas apropriações do campo amapaense (capitalista e quilombola). Traz ao debate a grilagem institucionalizada e sua regularização pela esfera estadual. Assim sendo, Oliveira (2004 e 2007), Martins (1981, 1990) dão base teórica para o entendimento de agricultura capitalista e campesinato, enquanto que os autores Haesbaert (2004) e (Fernandes, 2005, 2007, 2008, 2008b) são as referências que nos faz pensar sobre território e movimentos socioterritoriais, auxiliam nas contribuições conceituais para que Filocreão (2002), Lomba (2012), Lomba e Silva (2014), Margarit (2019), permitem a nós explicar os fenômenos apresentados no Amapá, tais como, os conflitos fundiários existentes pelo processo de consolidação da propriedade privada da terra com conflitos e expulsão de populações do campo e seus lugares de vida.

Também dentro do materialismo histórico e dialético compreendemos que o processo de ocupação e expansão da agricultura capitalista, subsidiado pelo Estado, como foi discutido a obra de Margarit (2019) sobre o processo no Amapá, da mesma forma que Filocreão (2002) analisou por meio do estudo sobre as transformações ocorridas na Amazônia amapaense durante o século XX, além das análises do espaço amazônico e seus saberes pluriespaciais e pluriterritoriais de Porto Gonçalves (2021), mostram as forças capitalistas e seus instrumentos implacáveis de produção e reprodução do capital no campo e a manutenção das atividades camponesas frentes a esse processo.

O artigo apresenta resultados precedentes da pesquisa no que se refere à parte bibliográfica ou documental, através de leituras de obras expostas em site de internet de instituições acadêmicas e de pesquisas científicas, em site de revistas científicas, via internet e por meio de leituras e análises de livros, teses e documentários de autores, formando a construção das concepções teóricas sobre o tema, utilizadas pelo método dialético das abordagens marxistas. Da mesma forma foram levantados dados quantitativos em site de órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), CPT, DATALUTA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA, Instituto Estadual de Pesquisas Tecnológicas do Amapá (IEPA), Ministério Público do Amapá, (MPAP), Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto de Terras do Amapá (AMAPÁ TERRAS), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP) e Conselho Estadual de Meio Ambiente (COEMA);



Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL), Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), SENAR, o Instituto CNA; Associação Brasileira dos Produtores de Soja (APROSOJA), Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amapá (FAEAP).

São utilizados a produção de mapas da área de estudo e das localidades e tabelas dos conflitos de modo que permite reforçar a exposição dos fenômenos discutidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analizamos aqui sobre os elementos e processos da agricultura camponesa, identificando as principais características da produção e expansão do agronegócio e seus efeitos, que geraram transformações nas relações com os camponeses (quilombolas, posseiros, assentados, extrativistas e ribeirinhos), recriando diferentes territorialidades que compõem seus modos de vida com as conflitualidades existentes.

O antagonismo entre camponeses e proprietários empresariais é resultante da desigualdade fundiária e financeira que o processo capitalista impôs no espaço agrário. Tal concepção formou as ferramentas importantes no esquema metodológico das investigações.

A origem do conceito de camponês foi formada na Europa, durante a vigência do feudalismo na idade média, por servos da gleba, ou seja, por trabalhadores que, embora não fossem escravos, não poderiam abandonar a terra onde trabalhavam. Estes trabalhadores não tinham a propriedade das terras, pois elas eram posse dos senhores feudais ou da Igreja. O campesinato foi perdendo espaço na Europa, a partir da introdução de relações de produção capitalistas no campo (MARQUES, 2008).

A definição conceitual de Agricultura camponesa, segundo o Dicionário de Educação do Campo:

é o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000 p. 116-130, et al CALDART, 2012, p. 115).

Os camponeses são grupos de pessoas ou famílias que tendo acesso à terra e, obviamente, aos recursos que a terra disponibiliza, determinam seus processos produtivos e suas necessidades de consumo e seus projetos que permitem a reprodução familiar e seus modos de vida, no qual podemos chamar de campesinato.



A definição dada ao campesinato pelo Dicionário da Educação do Campo é a seguinte:

Campeinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território. As famílias camponesas existem em territórios, isto é, no contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições) das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis) de um dado espaço geográfico politicamente delimitado (COSTA, 2000; CARVALHO 2005, et al CALDART, 2012, p. 115).

Para Shanin (1979), o campesinato, enquanto classe, organiza e articula sua base através da estrutura familiar, ou seja, da economia de subsistência. Assim sendo, a lógica que orienta a economia camponesa visa à otimização a longo prazo das rendas geradas pelo trabalho familiar, é distinta da lógica da acumulação capitalista, esta visa a extração da mais-valia e segue o mercado. O autor reforça a ideia de que o campesinato se adapta às ocasiões, se recria, sobrevive às crises e deve ser compreendido como “[...] ator e sujeito da história social” (SHANIN, 1980, p. 70).

O campesinato se constitui no espaço geográfico enquanto classe que luta na terra e pela terra, tendo a família como centralidade, construída a partir das múltiplas formas de apropriação do espaço, observando que as transformações manifestadas através do pensamento de que o camponês é uma classe em constante transformação, recriação e afirmação, resistindo aos mandos e desmandos da força produtiva do capital no campo.

No Brasil, a formação do campesinato foi criada em uma sociedade situada na periferia do capitalismo e atrelada ao latifúndio escravista Martins (1990). Os camponeses se organizam e historicamente lutam para se reproduzir como classe, embora saibamos que o avanço do modo capitalista de produção ocorre pela sujeição da renda da terra ao capital, envolvendo tanto a exploração capitalista quanto a produção camponesa (MARTINS, 1981; OLIVEIRA, 2007).

Martins (1981) debate a questão agrária no Brasil, a partir da lógica capitalista e do modelo agroexportador, com enfoque principal no campesinato e o avanço do capitalismo no campo, perpassando pela sujeição da renda da terra ao capital e da subordinação cada vez maior do trabalhador (MARTINS, 1981, p. 14).

Assim, entendemos que o campesinato brasileiro como classe em formação, em constante mutação, se realiza e permanece enquanto conseguir reproduzir seu modo de vida. Dessa forma, o campesinato se reproduz em oposição a estrutura capitalista, essa reprodução pode ocorrer a partir da compra da terra, da luta pela terra e também pelo uso de estratégias internas de resistência ao capital (FERNANDES, 2007; OLIVEIRA, 2004).

O Campeinato, portanto, é o conjunto de camponeses que praticam um modo de produção baseado no trabalho familiar, em um determinado território, com relações sociais



próprias de uso do espaço conforme as disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (aparatos técnicos e infraestruturais de acordo com as formas concretas de existência, de territorialidade ou modo de vida expresso no espaço geográfico delimitado, ou seja, o campesinato é formado por grupos de camponeses que constroem suas próprias territorialidades, inerentes aos costumes regionais. Suas culturalidades são definidas a partir da produção espacial em equilíbrio com os recursos naturais disponíveis, no entanto as relações de trabalho na (re)produção territorial se torna tensa quando envolve interesses capitalistas, que segundo Abramovay (2000, p. 15), depende da função (agrícolas, silvícolas, industriais) estabelecida e da lógica de oferta do espaço a ser consumido, promovendo, então, a sua transformação.

Observamos as duas lógicas de organização do espaço amapaense, através do avanço do capitalismo no campo, que se tornou indispensável a análise da reprodução do campesinato a partir da sujeição da renda da terra ao capital. A partir de Shanin (1980) e Martins (1990) esse debate se amplia, os autores dividem a classe de proprietários de terra em duas classes antagônicas, uma que sendo pela lógica dos povos camponeses, que segundo Margarit (2019, “constroem suas territorialidades a partir de seus modos de vida” e a lógica de produção patriarcal capitalista, que Porto-Gonçalves (2006), reforça esse termo ao dizer que essa lógica se expressa em diferentes espaço-tempo ou “temporalidades distintas”. Dessa forma, compreendemos que as relações espaciais na Amazônia amapaense se concretizam nos dois termos, entre povos do campo e ações capitalista.

O Estado do Amapá sempre foi considerado como região agrícola pobre, mas se vislumbra ao agronegócio como a última fronteira agrícola, com especulado potencial, cujo desenvolvimento desigual e combinado reflete a lógica da expansão capitalista (LAMEIRA in CANTO in LIMA, 2017). Essa condição vem causando conflitos por terra, as vezes omitidos pelo próprio estado, como aborda LOMBA, In SILVA (2014, p. 9, et al MANIGLIA, 2009), [...] a violência no campo amapaense é uma realidade camuflada pelo fato de seus autores ser o próprio Estado e suas instituições federais e por outros empresários madeireiros, fazendeiros e grandes empresas [...], que se beneficiam de mudanças nas legislações agem com pressões e por ações judiciais, conseguem despejos e expulsões de camponeses de suas terras numa obvia demonstração da força capitalista.

A desestruturação dos modos de vida dos povos tradicionais do Amapá pelo grande capital, precede a expansão da fronteira capitalista e do agronegócio. O termo fronteira está sendo usado de forma simbólica como, [...] discurso oferecido pelo próprio poder econômico, como forma de sustentar ideologicamente a expansão do modelo de desenvolvimento adotado pelo estado [...]” e “como crítica e metodologia de desconstrução do discurso hegemônico [...],



assim expõe Margarit (2019, p. 122). O autor, em sua tese, faz uma análise da dinâmica socioespacial do Amapá, recheada de articulações políticas e empresariais, conflitantes com os povos tradicionais e desestruturações de seus modos de vida, resultantes do processo do reordenamento territorial provocado pelas grandes obras de infraestrutura e desenvolvimento do agronegócio (MARGARIT, 2019, p. 122-209).

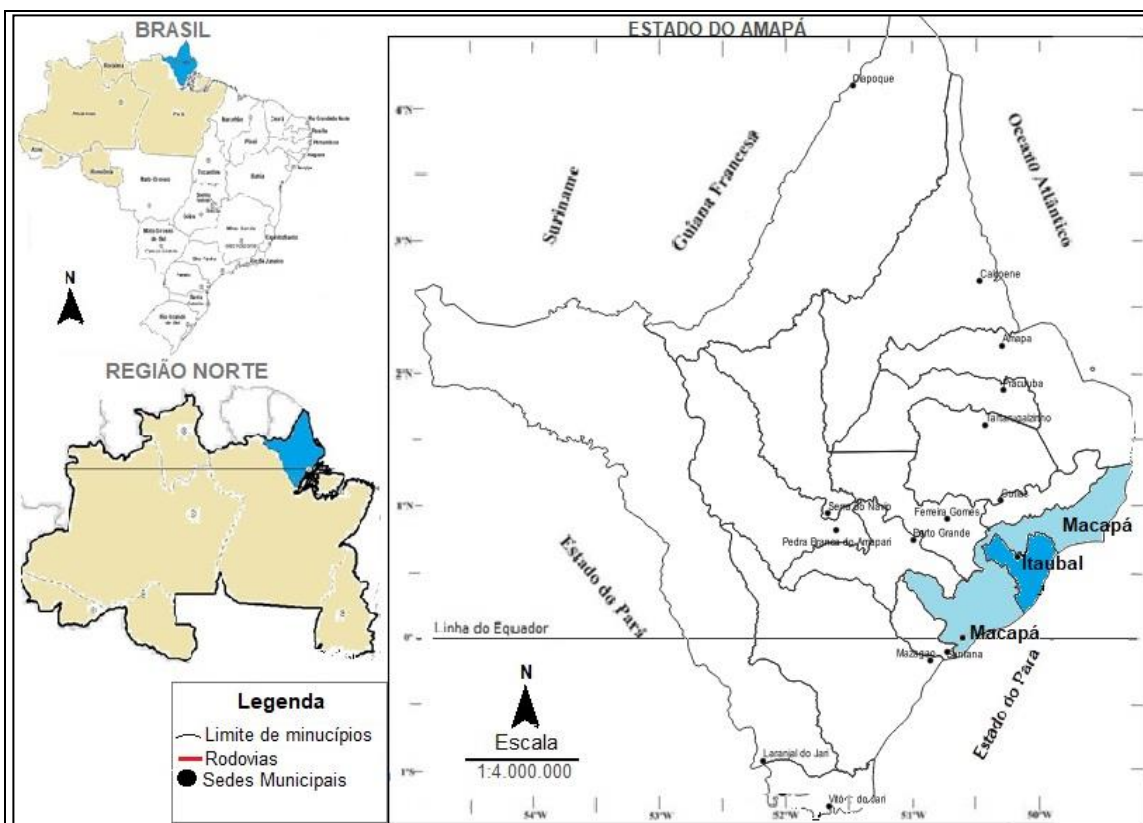
Nesse contexto, o autor, ainda descreve, o processo de institucionalização do território amapaense, traçando um marco temporal, partindo do projeto colonial europeu, seguindo das disputas territoriais da questão fronteiriça, da ocupação do território pelos grandes projetos agro minerais da Icomi e do Jari, que proporcionaram grandes transformações socioespaciais, passando pela Ditadura Militar, com a criação do Território Federal, posteriormente Estado do Amapá, projetos de colonização agrícola precários, e ultimamente a exploração do agronegócio da soja. O autor sempre enfatiza, nessa construção socioterritorial amapaense a dicotomia entre os povos tradicionais e os empreendimentos capitalistas a partir dos grandes projetos. (MARGARIT, 2019, p. 163-194).

A dinâmica agrária cria várias formas sociais de produção, uma delas tem base no caráter familiar, voltada a suprir as necessidades do conjunto de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros, sua sobrevivência pode garantir a produção da diversidade do espaço – não somente a produção de provimentos da família, mas também as formas resistentes às ordens hegemônicas do capital. Os movimentos de luta e de resistência, enfrentam dificuldades pela falta de organização e consciência crítica e politizada dos povos tradicionais amapaenses; são pacifistas e as lutas não são evidenciadas, como demonstra Margarit (2019, p. 332 a 336).

TERRITÓRIOS TRADICIONAIS CAMPONESES E A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA

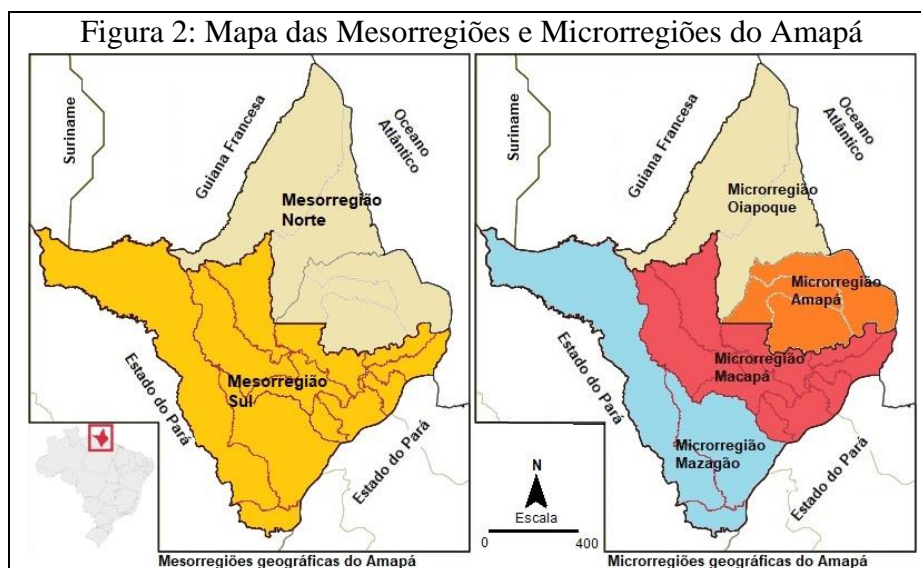
O Amapá localiza-se no extremo da Amazônia Setentrional, na margem esquerda da foz do rio Amazonas, na divisa com o Estado do Pará, margeado pelo oceano Atlântico, faz fronteira a Noroeste com a Guiana Francesa e a Sudoeste e Sul com o Estado do Pará. A partir da nova Constituição brasileira de 1988, passou de Território Federal a Estado, tendo em sua totalidade 16 municípios, que ocupam uma área de 142.470,762 km² e tem uma população estimada em torno de 877.613, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, set-2021).

Figura 1: Mapa da localização do Estado do Amapá - Municípios de Macapá e Itaubal



Elaborado por Rubens Sarraf. Adaptado da Base Cartográfica do IBGE, QGIS/PAINT, 2021.

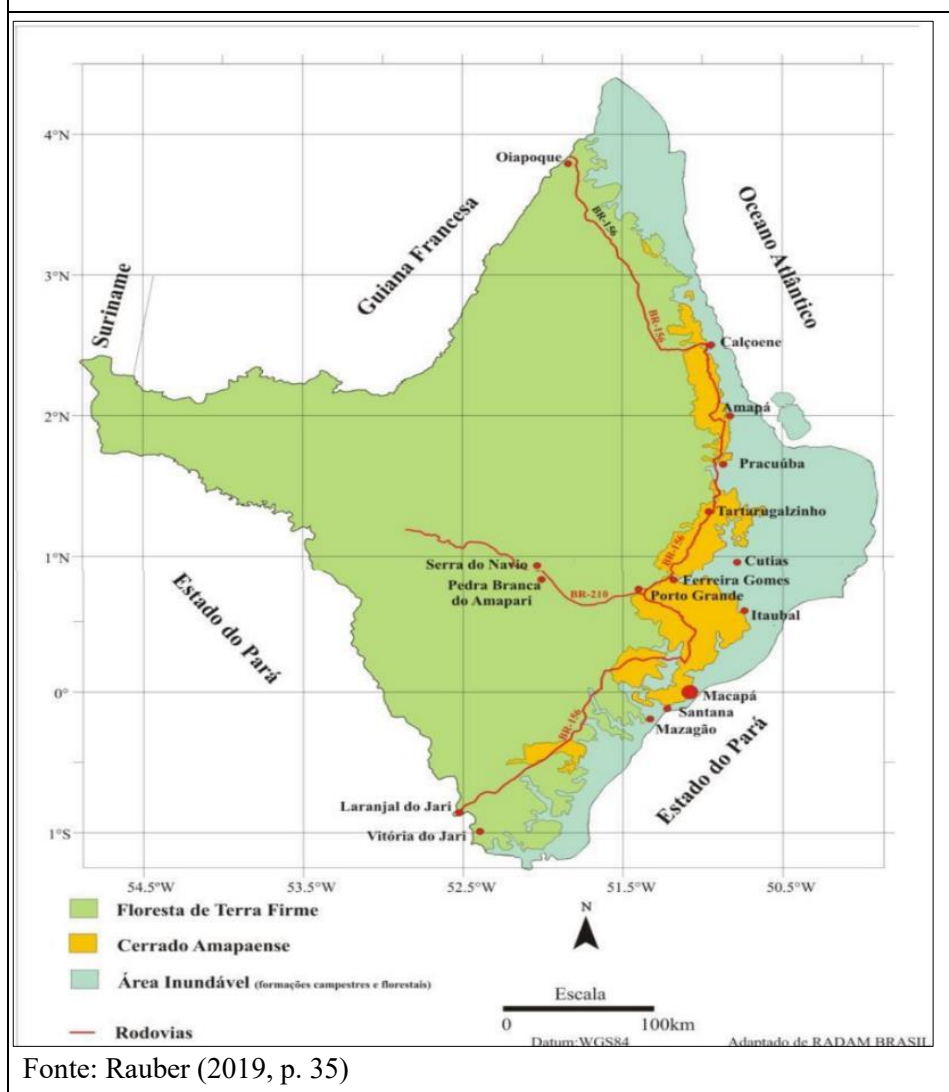
A Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões (IBGE, 1990), divide o Amapá em duas Mesorregiões: a *Mesorregião Norte*, que contém a Microrregião de Oiapoque (abrange os municípios de Calçoene e Oiapoque) e a Microrregião do Amapá (abrange os municípios de Amapá, Tartarugalzinho e Pracuúba), Já a *Mesorregião Sul*, que contém a Microrregião de Macapá (abrange os municípios de Cutias do Araguari, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Santana e Serra do Navio) e a Microrregião de Mazagão (abrange os municípios de Laranjal do Jari, Mazagão e Vitória do Jari).



Sul: a Bacia Amazônica; a Bacia do São Francisco e a Bacia do Prata, resultando em um elevado potencial aquífero, favorecendo a sua biodiversidade⁶.

No Amapá, o cerrado ocupa uma área de aproximadamente 903.200 hectares, correspondendo a 9,25% da superfície do Estado, equivale a uma faixa de 374 km de extensão, que varia de 50 a 150 km de largura, iniciando em Macapá, percorrendo os municípios de Santana, Itaubal, Porto Grande, Ferreira Gomes Tartarugalzinho, Pracuúba, Amapá, até o município de Calçoene (CASTRO e ALVES, 2013); é justamente neste percurso que se estabelece a Rodovia BR-156 e várias outras rodovias, incluindo as AP-70 e AP 340, onde há ocorrência da expansão do plantio de soja, segundo Margarit (2019), às margens dessas rodovias, onde se percebe o principal eixo de expansão.

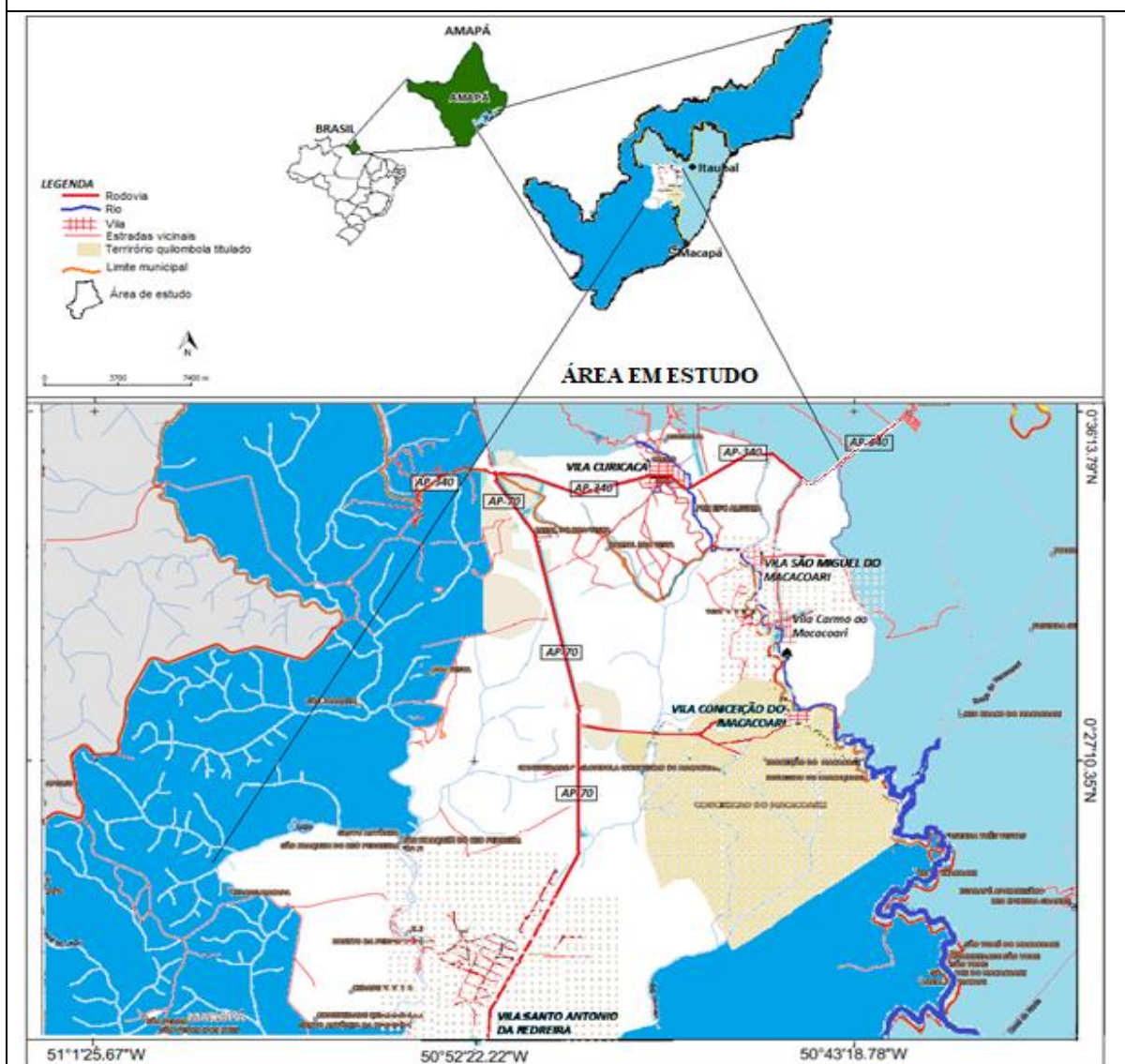
Figura 4: Mapa do Cerrado Amapaense



⁶ MMA (Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado>. Acesso em: 31/05/2021.

O trajeto em estudo se restringe ao cerrado da Microrregião de Macapá, no Estado do Amapá, especificamente nos municípios de Macapá e Itaubal do Pírim, às margens das rodovias AP-70 e AP-340, precisamente nas comunidades quilombolas de Santo Antônio da Pedreira (AP 70, Macapá), Conceição do Macacoari (AP 70, Macapá), Curicaca (AP-340, Itaubal) e São Miguel do Macacoari (AP 70, Itaubal).

Figura 5: Mapa da Área em estudo



Elaborado por Rubens Sarraf, baseado no Mapa dos Municípios do IBGE, 2021

O eixo citado acima concebe o alvo principal de investigação espacial deste trabalho, porque ali se identifica amplos conflitos e expansão da agricultura capitalista, que segundo Castro (2018, p. 44), especula-se como potencial para a produção de grãos do agronegócio da soja, devido à proximidade da área de plantação, considerada mais assediada para fins de exploração agrícola capitalista, que, dentre outros, está próximo ao canal de exportação (Porto de



Santana – 23 km de Macapá), além de que existe uma infraestrutura montada pelo Estado, visando servir ao agronegócio, além das condições edafoclimáticas favoráveis para a produção da soja, relevo plano, solo fértil e água em abundância, características próprias do cerrado da Amazônia amapaense.

Os conflitos por terras no Estado do Amapá ocorrem em várias comunidades na faixa de expansão da agricultura capitalista, BR-156, AP-340 e AP-70, nesse eixo temos as comunidades alvo em estudo, conforme tabela abaixo:

CONFLITOS POR TERRA E ÁGUAS		Ocorrência	Nº de famílias	Eixo Rodoviário	Categoria
Itaubal	Comunidade de Curicaca	14/06/2020		AP-340	Posseiros/Ribeirinho
Itaubal	Comunidade Quilombola São Miguel do Macacoari	30/06/2020	20	AP-340	Quilombola
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	30/04/2020	30	AP-70	Rem. de quilombolas
Macapá	Quilombo Conceição do Macacoari	28/12/2020	20	AP-70	Quilombola

Elaborado pelo autor, adaptado de CPT (2021, p. 41 e 42)

Segundo Lomba (2012), essas comunidades caracterizam-se por desenvolver atividades produtivas da farinha de mandioca, madeira, arroz, feijão, além dessas produções, Silva e Filocreão et al (2014), afirmam também, que há na agricultura vegetal e pecuária, a produção de milho, bovinos para corte, leite, ovos de galinha, aves e suínos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ponto de partida desta investigação percorre a revisão bibliográfica e documental que destacamos os seguintes aspectos:

As conceituações teóricas referentes aos movimentos socioterritoriais, agricultura capitalista e camponato, a investigação dos movimentos históricos de uso e ocupação do território na Amazônia amapaense durante o século XX e a análise da formação da propriedade privada da terra e a evolução dos conflitos socioterritoriais recentes na microrregião de Macapá.

A leitura das dimensões geográficas e dos movimentos de estratégias geopolíticas de avanço do capital para se expandir, nos faz compreender quanto que a economia capitalista se estabelece e tenta se perpetuar na região, assim são mostrados diversos estudos e pesquisas como (NETO, 2001), (FILOCREÃO, 2002), (MARGARIT, 2019), (Lomba in SILVA, 2014), entre outros, apontam movimentos populares de reação ao autoritarismo e desmandos da elite



empresarial e política brasileira, que a todo custo tentam expropriar territórios e implantar seus projetos devastadores na região.

O modelo agrícola exportador que se eternizou, a partir da modernização agrícola na América latina, se implanta no cerrado amapaense. Percebe-se que o cenário esboçado sobre a expansão da agricultura capitalista no Amapá, configura-se com o mesmo recorte dos diversos modelos adotados na região Amazônica, sob a tutela do Estado, dinamizado por grupos político-empresariais hegemônicos.

Embora esse tipo de negócio, atraia volumosas emissões de dólares para o país, não as converte em benefícios sociais. Por mais que se configure em boa parte no saldo positivo da balança comercial brasileira, envolve acordo ao pagamento dos juros dos empréstimos auferidos junto ao FMI, assim sendo, a quantia que deveria ser destinada aos benefícios sociais, voltados às localidades, como melhorias para a qualidade de vida, geração de empregos, infraestrutura produtiva, entre outras prioridades, é direcionada aos fundos de instituições supranacionais. Aliás, o slogan propagado na mídia, não se converte em ajuda e benefícios aos povos do campo, mas sim em lucros às grandes empresas transnacionais e organismos supranacionais. Outros agentes que ganham com tais empreendimentos, são os poucos estabelecimentos latifundiários/patronais, por meio da venda dos produtos e pela mais-valia absoluta e/ou relativa. Enfim, favorecem também as empresas que desenvolvem tecnologias para os estabelecimentos.

Entende-se que ao longo deste estudo sobre os povos do campo, principalmente sobre os quilombos, que o reconhecimento dos seus direitos ainda está numa emblemática construção no Brasil e sua implementação depende muito da luta e da articulação feita pelos vários agentes a quem a lei propõe-se a proteger. Há de se lutar muito, compreender que precisam contribuir com o processo de conhecimento e desenvolvimento das comunidades quilombolas, que os próprios agentes necessitam formar uma consciência de classe e, compreender a política nacional de reconhecimento e implantação dos direitos das comunidades quilombolas contribuindo para sua efetivação.

A única comunidade em estudo que tem o reconhecimento e titulação de seu território é a comunidade remanescente de quilombola, Conceição do Macacoari. Os habitantes desses territórios tradicionais sofrem pressão da modernidade atual, além de que, os governos, talvez mal assessorados, adotam políticas públicas voltadas para a área rural com características urbanas e isso faz com que as tradições sejam descontínuas. Para isso precisa-se de um real reconhecimento coletivo do seu território, onde já existe uma identidade e que seja reforçado um sentimento coletivo de pertencimento do território.



Vale observar que os estudos realizados ainda são preliminares e que não podemos apontar resultados e implicações mais concisos a respeito da área em estudo, tendo em vista que nossa pesquisa encontra-se ainda em andamento, todavia, a partir do que já apresentamos aqui, podemos fazer um paralelo com outros locais do país que passaram pelo mesmo processo de modernização agrícola através da produção extensiva da soja, as consequências socioespaciais decorre nos mesmos padrões dos grandes projetos que se implantaram na Amazônia e que agora tenta se apropriar das terras públicas em territórios quilombolas e camponeses.

Além disso, é imprescindível adotar iniciativas com novos rumos para a amenização de conflitos socioterritoriais nas comunidades que contribua para a manutenção e conservação dos recursos naturais da região; refletir sobre estratégias de desenvolvimento convenientes com a natureza local, sendo indispensável a adoção de posturas mais conscientes de uma sociedade que reivindica seus direitos ao território enquanto meio de vida e de pertencimento a este território, buscando meios concretos para execução de projetos sociais que atenda aos interesses coletivos e a garantia de distribuição justa da terra e manutenção das territorialidades e modos de vida dos quilombolas, dos ribeirinhos, assentados e posseiros.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da Ruralidade no desenvolvimento Contemporâneo**. IPEA, Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em 15/10/2021

BRASIL. Lei Federal nº 11.952, de 25 de junho de 2009. Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11952.htm. Acesso em: 25/03/2021.

BRASIL. Decreto lei nº 6040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Presidência da República**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=6040&ano=2007&ato=5b7MTQE9ENRpWTe58>. Acesso em: 13/05/2021.

BRUNO, Regina; LACERDA, Elaine; CARNEIRO, Olavo B. **Organizações da classe dominante no campo**. In: CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

CALDART, Roseli Salete et al (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.



CAMPOS, Roberto Junior de Almeida. **A territorialidade e o modo de vida em áreas quilombolas**: o caso do quilombo Curiaú - Macapá –AP. In: LOMBA, Roni Mayer. [et. al.] (org.) Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo amapaense. Dourados: Ed. UFGD, 2014.p. 41-58. Disponível em: <<http://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1093/1/conflito-territorialidade-e-desenvolvimento-algumas-reflexoes-sobre-o-campo-amapaense-roni-m.-lomba-et-al.pdf>>. Acesso em: 19/05/2020. As 11h34min.

CASTRO, Bruno Ricardo da Silva de. **Desenvolvimento Econômico no Amapá**: uma análise sobre o agronegócio no período de 2012 a 2016. UNIFAP, 2018. Dissertação (mestrado). Disponível em: <http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/294/1/Dissertacao_DesenvolvimentoEconomicoEstado.pdf>. acesso em; 26/01/2021.

CASTRO, Gustavo Spadotti Amaral. **Cerrado amapaense**: estado da arte da produção de grãos / Gustavo Spadotti Amaral Castro, Luís Wagner Rodrigues Alves. – Macapá: Embrapa Amapá, 2014. 82 p.: il. - (Documentos / Embrapa Amapá; ISSN 1517-4859, 81). Versão eletrônica. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/279272993_Cerrado_amapaense_estado_da_arte_da_producao_de_graos>. Acesso em: 16/05/2020, as 16h54min.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo**: BRASIL 2019 / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino: coordenação, Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva e Paulo César Moreira dos Santos – Goiânia: CPT Nacional, 2020. 247 p., il, tabs. e figs. ISSN: 1676-661X. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/?task=download.send&id=14195&catid=0&m=0&Itemid=0>>. Acesso em: 13/01/2021, às 10h25min.

CPT, Comissão Pastoral da Terra. **Amazônia: um bioma mergulhado em conflitos**: relatório denúncia. Goiânia: CPT, 2016. Disponível em: < https://www.mpma.mp.br/arquivos/CA-OPDH/caop_dh/amazonia_um_bioma_mergulhado_em_conflitos_relat%C3%B3rio_den%C3%Bancia.pdf>. Acesso em: 26/02/2021.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Território Camponês**. In: CALDART, Roseli Saete et al (Orgs.). Dicionário de Educação do Campo. Rio de Janeiro: São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio: Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. En: OSAL: Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. 16 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005. - ISSN 1515-3282. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20110312111042/34MFernandes.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2021, às 20h45m.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro**: contribuição para leitura geográfica dos movimentos camponeses. In: OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Célia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II). Rio de Janeiro: Lamparina, 2008a, pp. 385-404.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Entrando nos territórios do Território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). Camponato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008b. pp. 273-302. Disponível em:



<<http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>>. Acesso em 27/05/2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre a tipologia de territórios**. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPÓSITO, Elizeu Severio (organizadores). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008. 368 p.: tabs. (Geografia em Movimento). Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20GRADUACAO/PENSAMENTO%20GEOGR%20C1FICO%202017/2-LIVRO%20SAQUET%20E%20SPÓSITO.pdf>>. Acesso em: 15/02/2021, às 14h16min.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e Capitalismo na Amazônia**: a manutenção, funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá / Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. – Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 2002.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios a multiterritorialidade**. Porto Alegre, setembro de 2004 <<https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Acesso em: 14/01/2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006** - Brasil, grandes regiões e unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão Regional**. Disponível em: <http://web.archive.org/web/20170822164417/http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/default_div_int.shtm>. Acesso em 20/07/2020, às 17h37min.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro, 1990. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf>. Acesso em: 10/04/2021.

LAMEIRA, Anderson Maycon Tavares; CANTO, Otávio do; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. **Soja no Amapá**: Fronteira agrícola e rota de exportações. Artigo apresentado ao SINGA 2017. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt05_1504869223_arquivo_andersonmaycontlameira_insc4375491.pdf>. Acesso em: 13/05/2020, às 19h10min.

LOMBA, Roni Mayer e SILVA, Júnior Gomes da. **Os conflitos pela terra no Amapá**: uma análise sobre a violência institucionalizada no campo. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rbdr/article/view/4192/2961>>. Acesso em: 19/05/2020. As 11h30min.

LOMBA, Roni Mayer et CAMPOS, Roberto Júnior de Almeida, **Modo de vida e territorialidade quilombola da comunidade Ressaca da Pedreira** - Macapá, Amapá, *Confins* [En ligne], 41 | 2019, mis en ligne le 14 septembre 2019, consulté le 24 mars 2021. URL: <<http://journals.openedition.org/confins/21868>>. Acesso em 19/05/2020. As 12h34min.

MARGARIT, Eduardo. **Integração territorial competitiva do Amapá**: o programa de aceleração do crescimento e os grandes projetos de desenvolvimento. 2019. 403 f.: il. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9674>>. Acesso em: 14/12/2020, às 10h16min.



MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista Nera, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARTINS, José de Souza. **A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária**. In: Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 2 ed. Petrópolis: Vozes. p. 151-177. 1981.

MARTINS, José de Souza; Os Camponeses e a Política no Brasil. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MPAP, Ministério Público do Amapá. Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá. **Unidades de Conservação do Amapá - uma visão geral**. Macapá: 15 de junho de 2011. Disponível em: <<http://mpap.mp.br/2013-06-24-13-10-10/2013?view=article&id=197:unidades-de-conservacao-do-amapa-uma-visao-geral&catid=111>>. Acesso em: 19 mar 2021, às 17h08m.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do Neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAd, 2010. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **“Agricultura e Indústria no Brasil”**. In: Boletim Paulista de Geografia, n.58, AGB, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007, 184 p. disponível em: <http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/modo_capitalista.pdf>. Acesso em: 19/05/2020, às 10h35min.

PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular / Unesp, 2008. p. 273-301. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>>. Acesso em 27/05/2020.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática, São Paulo (SP) 1993. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder\(3\).pdf](http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/CLAUDE%20REFFESTIN/RAFFESTIN,%20Claude%20-%20Por%20uma%20Geografia%20do%20Poder(3).pdf)>. Acesso em 20/07/2020, às 11h35min.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CE-BRAP. 1980.